

Apego a valores democráticos - qual a distância entre os jovens que procuram ações de educação política e aqueles que são encontrados por algo desse tipo?

Humberto Dantas
Tiago Valêncio de Melo

RESUMO: Entre 2008 e 2020 a Fundação Konrad Adenauer realizou cursos de iniciação política em escolas públicas e projetos sociais na Grande São Paulo. Até o começo de 2020 essa atividade era realizada presencialmente. Com a chegada da pandemia, o curso foi oferecido de forma remota entre junho e novembro de 2020. A partir de então, pessoas aderiram livremente. Nesse artigo pretende-

mos comparar a visão sobre política e democracia de jovens de 15 a 18 anos que participaram dos cursos de Iniciação Política em 2019, realizados em escolas e projetos sociais, com a percepção dos jovens que aderiram às atividades virtuais em 2020, utilizando-se do mesmo formulário de pesquisa. Parte-se da hipótese, confirmada pelos dados, de que existem distinções entre os jovens que foram encontrados pelo curso (2019) e aqueles que procuraram a atividade (2020). Os participantes de 15 a 18 anos de 2020 demonstram mais interesse por política, mais adesão a valores democráticos

essenciais testados nos questionários e apego mais elevado aos partidos, à obtenção de título eleitoral e outras instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Política; Valores Democráticos; Democracia.

INTRODUÇÃO

Entre 2008 e 2020 a Fundação Konrad Adenauer do Brasil realizou cursos livres de iniciação política na Região Metropolitana de São Paulo. Dantas, Soares, Soares e Lamari (2010) e Dantas (2016) descrevem de forma acurada o projeto que, em seus anos finais, passou a atender de forma prioritária jovens de escolas públicas e projetos sociais localizados nas periferias da Grande São Paulo.

Até o começo de 2020 essa atividade era realizada presencialmente em três encontros, totalizando 12 horas-aula de atividades. Com a chegada da pandemia do biênio 2020-2021, o curso foi oferecido de forma remota entre junho e novembro de 2020 – como grande parte das ações de educação no país.

As escolas e projetos sociais parceiros não mais puderam ser mobilizados, pois en-



tendiam-se as dificuldades de conectar estudantes e organizar agendas. A alternativa do projeto foi a realização dos cursos, dentre outros, em parceria prioritária com escolas do legislativo de diferentes cidades de São Paulo. Ao todo foram realizadas 15 edições com os parlamentos de: Santos, Sorocaba, São Paulo, Piracicaba, Itapevi, Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Cubatão, Bragança Paulista, Cabreúva, Taboão da Serra, Franca e com a Assembleia Legislativa paulista. Importante destacar que para os fins da análise aqui proposta Santos e a escola estadual de São Paulo tiveram duas edições da atividade cada uma.

Diante desse novo cenário as inscrições foram abertas por meio de divulgações das respectivas escolas do parlamento nas redes sociais. Pessoas de diferentes locais puderam livremente aderir ao curso, e de acordo com desafios de ações gratuitas existiu uma diferença expressiva entre o total de inscritos, de presentes e de formados – esse terceiro grupo composto por quem se inscreveu e assistiu a pelo menos duas das três aulas.

O desafio deste artigo é bastante simples. Ao longo dos últimos anos as ações com os jovens, realizadas pela Fundação Konrad Adenauer em São Paulo, têm servido de cenário para a análise da percepção dos estudantes sobre política, democracia e educação cívica. Servem de exemplo diversos estudos realizados por Dantas, isoladamente ou em coautoria, avaliando o que pensam esses estudantes à luz da realidade paulistana (2016) ou de forma comparada entre tais participantes do curso e jovens em: a) capitais do Norte do país (DANTAS; SILVA; VIRGOLINO; GARCIA, 2019); b) cidades do interior paulista (DANTAS; NASCIMENTO; SILVA, 2016); c) cidades da Grande São Paulo (DANTAS; LAMARI, 2019); d) escolas estaduais e municipais da capital paulista (DANTAS, 2018) e; e) Ensino Médio e Fundamental (DANTAS; CARUSO, 2011).

Especificamente, aqui pretendemos comparar a visão sobre política e democracia de jovens de 15 a 18 anos que participaram dos cursos de Iniciação Política em 2019, realizados em escolas e projetos sociais, com a percepção, utilizando-se do mesmo formulário de pesquisa, dos jovens que aderiram às atividades virtuais em 2020. A diferença central aqui é: em 2019 a ação fazia parte da programação dos parceiros do curso, com características de adesão mais compulsória, atrelada ao planejamento de educadores, escolas e projetos sociais. Em 2020, os cursos foram divulgados pelas redes sociais ou disseminados para os contatos das escolas do parlamento das cidades envolvidas. Que jovens aderiram espontaneamente a essas atividades? Existem diferen-

ças significativas entre as percepções desses dois grupos sobre política? Parte-se da hipótese basilar de que sim, existem distinções, e de que os participantes de 15 a 18 anos de 2020 demonstram mais interesse por política, mais adesão a valores democráticos essenciais testados nos questionários e apego mais elevado aos partidos, à obtenção de título eleitoral e outras instituições da democracia representativa mais formal que aqueles que assistiram aos cursos em 2019. Isso pelo simples fato de que no ano mais recente a adesão foi espontânea e em 2019 a ação esteve nas escolas e projetos sociais sem que o estudante, muitas vezes, escolhesse cursá-la.

Com base em tal desafio, será possível desenhar um perfil básico dos interessados por política que virtualmente aderiram às ações da Fundação Konrad Adenauer. E, para tanto, dividiremos esse trabalho em outras três partes para além desta introdução. Na seção seguinte trataremos da importância da educação política como pressuposto elementar à democracia, reforçando a ideia central desse texto de que tal conteúdo é relevante à formação de jovens nas escolas. Em seguida faremos as comparações do grupo de 2019 com aquele de 2020, considerando como principal variável a explicar diferenças, a adesão mais compulsória de 2019 e o caráter facultativo de 2020. Será utilizada aqui uma análise descritiva de dados quantitativos associados ao preenchimento de um questionário simples de abertura das ações, ou seja: olharemos para o que pensava o jovem participante de 2019 e o jovem inscrito de 2020 – não vamos avaliar o que eles pensavam ao término do curso. Por fim, trataremos as conclusões com o objetivo de dialogarem com nossa hipótese já apresentada.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NA JUVENTUDE PARA A DEMOCRACIA

A Educação Política exerce um papel crucial para a consolidação de um regime democrático. A compreensão do conceito de democracia perpassa muito mais do que o mero exercício do voto ou da atuação partidária. É necessário que os indivíduos absorvam os valores democráticos e de participação política, um processo essencial para que se consolide uma cultura política que seja, de fato, democrática – especialmente no Brasil, onde o processo de redemocratização do sistema político ainda se apresenta como relativamente recente.

Estes elementos são evidenciados, por exemplo, em estudos como o feito por Benevides (1996). Ao analisar os questionamen-

tos levantados por Norberto Bobbio, a autora menciona as chamadas “promessas não cumpridas” da democracia. Neste aspecto, ela classifica o processo de educação para a cidadania como um “relativo fracasso” em alcançar o ideal de transformar súditos em cidadãos. Ainda no mesmo trabalho, a autora faz referência a John Dewey e Montesquieu:

John Dewey afirmava que uma sociedade democrática não requer apenas o governo da maioria, mas a possibilidade de desenvolver, em todos os seus membros, a capacidade de pensar, participar na elaboração e aplicação das políticas públicas e ainda poder julgar os resultados [...] Montesquieu estabelece uma relação indispensável entre o tipo de regime político e o sistema educacional. É impossível, diz ele, uma república sem educação republicana, assim como é impossível uma educação igualitária num regime que não seja igualitário (BENEVIDES, 1996, p. 225-226).

Como visto, a perspectiva de que a instrução política é essencial para a consolidação de um regime democrático é amplamente aceita e difundida na literatura. Mas o que é de fato esta Educação Política? Martins e Barros (2018, p. 51) utilizam a expressão: “[...] uma lente que molda a relação política do cidadão com o Estado, com as instituições, com os seus concidadãos”. Conforme a perspectiva destes autores, o uso desta “lente” possibilitaria a obtenção de um maior zelo pelos espaços e recursos públicos, de qualquer natureza, que fortaleceria as instituições democráticas.

Para Yoldas (2015, p. 546, tradução nossa), em uma perspectiva mais intimamente ligada à vertente das Teorias de Escolha Racional, o objetivo deste processo de instrução se refere à “encorajar a capacidade e vontade de participação política, fornecendo informações e a base para fazer julgamentos conscientes”.

Outra perspectiva, de Print (2007), afirma que a Educação Política tem o dever de ensinar indivíduos a se tornarem cidadãos de uma democracia – ponto de vista similar ao de Benevides (1996), apresentado anteriormente. Desta forma, torna-se claro que a Educação Política é um processo. De forma mais ampla, considera-se extremamente útil, para o debate aqui proposto, a definição apresentada por Barros (2016, p. 863):

O primeiro [Educação Política] relaciona-se diretamente com o desenvolvimento de atitudes e comportamentos considerados fundamentais para uma sociedade democrática, o que inclui “a aquisição e o aumento

de informações, o desenvolvimento de virtudes cívicas, a exemplo da cooperação, do respeito e da tolerância e de habilidades políticas, na conformação de uma cidadania pautada na autonomia, dimensão central da democracia” [...] A ênfase a esse conceito se justifica pelo reconhecimento crescente entre os cientistas políticos de que uma fonte principal para a conquista e o aperfeiçoamento da democracia é o aprendizado político por parte dos atores sociais e políticos.

Desta forma, a definição de Barros (2016) congrega de forma eficiente as perspectivas anteriormente debatidas. E tendo definido o que é a Educação Política e o seu papel como instrumento de fortalecimento do ideal democrático, devemos agora destacar a importância da promoção deste aprendizado político por parte dos jovens.

Conforme Yoldas (2015, p. 544, tradução nossa): “A política é vivida pelo indivíduo e, sobretudo, pelos jovens como um processo complexo”. Esta complexidade, por sua vez, é resultado das influências que perpassam o cotidiano destes jovens. Print (2007) destaca que a juventude, usualmente, recebe influências acerca da política e democracia oriundas de três fontes: a família, a mídia e as ações de educação – com centralidade efetiva do ambiente escolar propriamente dito. Fuks (2012) e Zorzi (2018) tratam desse desafio à luz da realidade brasileira.

Contudo, se a expectativa com a consolidação do processo de redemocratização preconizava uma crescente participação da juventude nos espaços públicos, o plano de envolver os jovens substancialmente na democracia tem sido falho. Ainda em sua pesquisa, Print (2007) revela que mesmo as democracias consideradas mais consolidadas têm encontrado desafios no que se refere ao envolvimento destes. Conforme o autor, este distanciamento do jovem em relação à política e aos valores democráticos é resultado da crescente desconfiança dos cidadãos com o Estado. O mesmo assinala: “Em vez disso, o desafio vem dos próprios cidadãos da democracia, que ficaram desconfiados dos políticos, céticos sobre as instituições democráticas e desiludidos sobre como funciona o processo democrático” (PRINT, 2007, p. 326, tradução nossa)

Uma visão similar é compartilhada por Martins e Barros (2018, p. 56):

A rejeição às práticas políticas estabelecidas é nitidamente rechaçada pelos movimentos protagonizados por jovens, levando-os a negar que

fazem política, mesmo quando existem características tipicamente políticas, como mostra o levantamento coordenado por Mayorga, Castro e Prado (2012). [...] O que explica tal performance em termos de confiança no Poder Legislativo (em todos os níveis), segundo os autores citados, é a recorrente associação entre política e corrupção, o que reforça o pessimismo e a descrença da juventude.

Como visto, a partir de Print (2007) e Martins e Barros (2018), existe um crescente distanciamento entre juventude, política e democracia. No Brasil, especialmente, os escândalos de corrupção e a crescente instabilidade política após 2013 acentuaram este quadro de ruptura da confiança do jovem com o exercício da política e a valorização dos ideais democráticos – algo que para a realidade de São Paulo, capital, é notado por Dantas e Estramhanho (2015).

Neste sentido, faz-se ainda mais necessário que se multipliquem boas práticas de Educação Política – orientadas para a valorização da democracia e a reconciliação da política com o cidadão, permitindo a este compreender seus direitos e possibilidades de atuação para a transformação de sua realidade através dos mecanismos de participação.

Como bem apontam Flanagan e Sherrod (1998), ideais e perspectivas políticas não emergem na mente de um indivíduo de forma randomizada. Segundo os autores, a percepção política do cidadão é um produto de suas relações sociais e atividades exercidas. Não obstante, apontam que a faixa etária dos 14 aos 25 anos se configura como o momento ideal para o aprendizado político dos jovens – por se configurar como um período de “grande flexibilidade e abertura”.

Um debate similar é apresentado por Martins e Barros (2018). Ao tratar de socialização política, os autores corroboram o argumento de que a juventude é o momento ideal para o letramento político. Em sua pesquisa, os autores remetem a Robert Dahl e argumentam: “[...] aquisição de valores e crenças relacionados ao mundo social e à esfera da política ocorre com maior densidade nas duas primeiras décadas de vida de uma pessoa, fase em que as figuras tutelares e os sistemas de transmissão de valores são mais efetivos [...]” (MARTINS e BARROS, 2018, p. 52-53).

Seguindo o mesmo raciocínio com base na socialização política, Baquero e Baquero (2007) assinalam que na juventude este processo pode ser fundamentado em dois princípios: o da primazia e o da estruturação. O primeiro se refere à primazia do aprendizado

na infância, considerando que os valores internalizados nesta fase perduram por toda a vida. Já o segundo afirma que as orientações básicas recebidas na infância exercem o papel de bússola em futuros aprendizados específicos. Conforme os autores: “O princípio da primazia liga os valores internalizados na adolescência a orientações quando adultos, enquanto o princípio da estruturação exige uma identificação das variáveis que estruturam uma crença a partir do princípio da primazia” (BAQUERO; BAQUERO, 2007, p. 143)

Desta forma, a argumentação apresentada buscou evidenciar a importância da Educação Política como instrumento de consolidação da Democracia e, não obstante, o potencial que tal processo de aprendizado político tem para mitigar o crescente distanciamento entre sociedade, política e democracia. Como evidenciam Martins e Barros (2018), estudos de caso referentes a programas de letramento político na República Dominicana, Polônia e África do Sul vêm gerando efeitos significativos na participação política em tais países.

No Brasil, em especial, o processo de erosão da confiança nas instituições democráticas vem se aprofundando desde 2013 – acentuando um cenário global de desconfiança da juventude em relação à democracia. Neste sentido, a difusão da Educação Política se mostra uma estratégia fundamental para a reversão de tal quadro. A questão aqui é conhecer a visão do jovem, com ênfase em estudantes de 15 a 18 anos, sobre a política. Na seção subsequente, serão analisados os dados de parte desse público sobre aspectos gerais da Democracia. Busca-se compreender se existe uma percepção geral desses adolescentes que valoriza questões centrais da Democracia, ou se especificamente em uma parcela mais interessada pelo tema – sendo a variável a sugerir essa valorização “a busca por um curso livre de Iniciação Política em ambiente virtual” – o apego a questões centrais da política é maior.

RESULTADOS: O QUE PENSAM ESSES JOVENS?

As análises dos resultados serão feitas com base em questionários respondidos no primeiro dia de aula dos cursos de política ofertados presencialmente em 2019, e pelos formulários de inscrição de ações virtuais realizadas em 2020. Por se utilizarem de questões muito semelhantes, as análises aqui serão divididas em cinco blocos: caracterizações mínimas dos jovens; uso de meios de comunicação para obter informações sobre política; percepções sobre o voto, o título de eleitor, os parti-

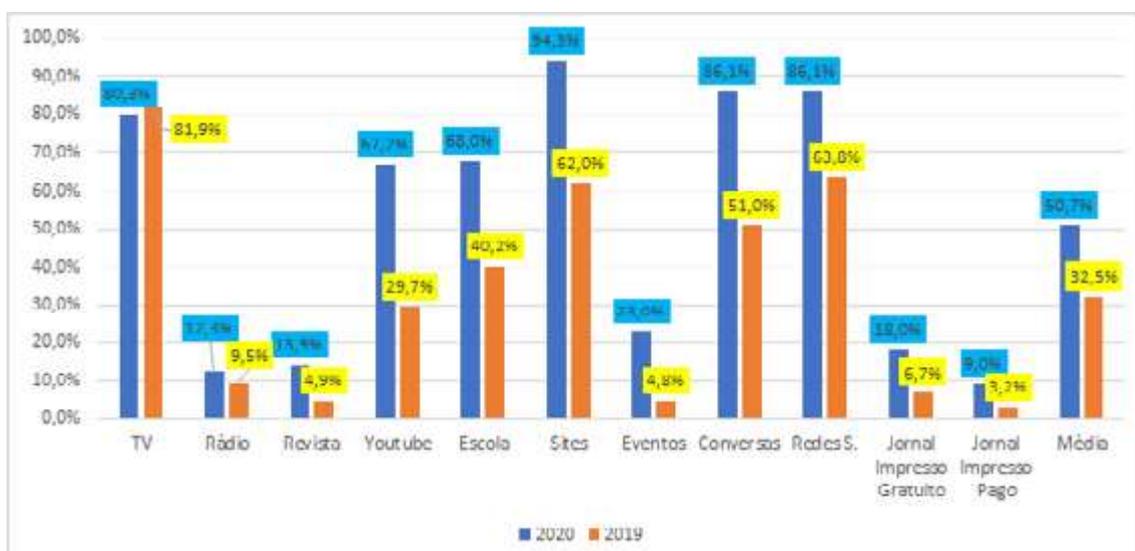
dos etc.; adesão a mecanismos de participação política e; posicionamento em relação a sentenças oferecidas no formulário preenchido.

O primeiro bloco caracteriza os jovens, destacando mais uma vez que estamos considerando aqui apenas aqueles com idade entre 15 e 18 anos. Em 2019, foram 853 respondentes em ações presenciais realizadas em escolas públicas e projetos sociais, contra 122 que aderiram de forma espontânea a cursos virtuais em 2020. No que diz respeito ao gênero, em 2019 eram 56% de mulheres contra 67% delas em 2020. A média de idade de 2019 era de 16 anos, contra 17 anos em 2020. Por fim, em 2019 um total de 91% dos participantes do curso estavam no ensino médio, percentual que caiu para 67% em 2020. A primeira conclusão a que chegamos aqui: por adesão voluntária e em ambiente virtual o interesse do público feminino, nessa idade de 15 a 18 anos é maior que entre os meninos; a idade aumenta um ano quando se adere espontaneamente a uma ação dessa natureza – algo esperado se considerarmos as conclusões de Dantas e Caruso (2011) sobre o interesse de escolares sobre política; e enquanto mais de 90% dos participantes estavam no Ensino Médio em 2019, uma vez que o curso tinha esse público como alvo principal de suas atividades, em 2020 a abertura da ação para o universo virtual e livre faz com que essa representatividade diminua para 67%, tendo em vista que

parte dos estudantes que aderiram ao curso com 17 e 18 anos declararam estar em cursos de nível superior.

No segundo bloco de análises, o que estava posto era o nível de adesão do público a diferentes meios de comunicação. A pergunta dizia: “com base numa relação de meios de comunicação apresentada, indique com um X aqueles que você utiliza pelo menos de forma semanal para se informar sobre política – marque quantas alternativas representarem a sua realidade”. A lista era composta por onze alternativas, e o Gráfico 1 torna possível verificar os resultados obtidos.

Gráfico 1 - Adesão dos jovens aos meios de comunicação para a obtenção de informações sobre política - 2019 e 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em informações da Fundação Konrad Adenauer.

Nitidamente existe um interesse maior dos jovens que aderem espontaneamente ao curso de 2020 quando o assunto é a busca por informações de natureza política. A média dos canais apresentados supera 50%, enquanto entre os entrevistados de 2019 o resultado fica pouco acima de 30%. As maiores distâncias são verificadas, curiosamente, nos canais de natureza virtual – YouTube, sites e redes sociais – e nos canais de lógica associada a um convívio social pessoal mais evidente – escolas e conversas. A política, nesses casos, parece fazer parte da agenda do jovem que encontrou os cursos virtuais de 2020, sendo que em 2019 fica a impressão de que os cursos presenciais nas escolas é que encontravam os jovens que provavelmente não se aproximariam de algo assim de forma espontânea. Meios mais tradi-

cionais, como TV e rádio, não guardam entre si muitas diferenças no que diz respeito a cada um dos grupos pesquisados, enquanto nos impressos – revistas e jornais – a turma de 2020 se destaca em relação àquela de 2019. O resultado aqui também era esperado, mas dimensionar tal fenômeno é algo que parece interessante.

O terceiro bloco de questões estava associado ao interesse declarado do participante por aspectos relacionados à política. Sobre tirar o título com menos de 18 anos, em 2019 o percentual que declarava o desejo (ou o gesto já consolidado) estava em 52% entre os alunos onde o curso foi realizado presencialmente, saltando para 67% no grupo que procurou voluntariamente a atividade virtual em 2020. Sobre o voto ser predominantemente uma “obrigação” ou um “direito”, no grupo de 2019 estava em 80% o percentual que o via como direito, subindo discretamente para 84% em

2020. Acerca da política, em 2019 26% dos participantes da atividade diziam que “gostavam” de política, contra 66% em 2020. Aqui um ponto chama a atenção: quando o curso chega às escolas um quarto dos jovens sinalizam gostar do assunto, e quando espontaneamente vêm às atividades virtuais esse índice atinge dois terços. O terço restante, nesse caso, reconhece que entende que por pior que possa ser o assunto, ele é importante de ser conhecido. Sobre o exercício do voto, 23% dos participantes diziam que votariam em 2019, número que atinge 45% entre aqueles que estiveram inscritos no curso em 2020. Sobre carreira política, a maioria diz que no futuro será, provavelmente, um eleitor. Mas enquanto em 2019 pouco mais de 11% afirmavam que um dia poderiam se filiar a um partido e até mesmo disputar uma eleição, esse percentual sobe para 49% em 2020. Por fim, em 2019 eram 82% de respondentes que diziam não simpatizar

com qualquer dos partidos políticos existentes, enquanto em 2020 esse percentual é de 39%. O que os dados mostram nesse terceiro bloco é que existem jovens de 15 a 18 anos com significativo interesse, gosto e até mesmo posicionamento político mais formal e próximo da lógica das instituições representativas mais formais. Desejar o título, crer no voto, simpatizar com legendas, pensar em filiação ou candidatura, são indicadores pouco comuns a parcelas expressivas da juventude (DANTAS; ESTRAMANHO, 2015; PEDREIRA, 2015), o que na turma que procurou um curso livre de formação política em 2020 de forma espontânea se mostra muito mais sólido.

O quarto bloco de perguntas dizia respeito à participação mais formal em ambiente político. Primeiramente no ambiente escolar, e enquanto em 2019 cerca de 13% dos respondentes da pesquisa diziam que suas escolas possuíam Grêmios Estudantis e eles estavam diretamente envolvidos com a iniciativa, em 2020 esse percentual subiu para 26%. Dobrar esse índice indica que a atuação escolar em organismos de representação pode atrair quem gosta mais de política, ou ser entendido como espaço que inspira o gosto pelo tema. Sobre duas formas adicionais de participar de ações políticas concretas – manifestações de rua e manifestações virtuais –, mais uma vez vemos forte vantagem da turma de 2020 em relação ao grupo de 2019. Entre os partici-

pantes das ações mais atuais, 38% disseram já ter participado de manifestações de rua e 72% de manifestações virtuais, contra 17% e 26%, respectivamente, em 2019. A questão dos grêmios e dos manifestos parecem ser onde as diferenças se tornam mais agudas, em favor do ativismo daqueles que procuraram espontaneamente os cursos em ambiente virtual no ano de 2020.

O quinto e último bloco carrega consigo o desafio de medir o grau de concordância do jovem com um conjunto de 11 sentenças. Em relação a cada uma delas as opções eram: “concordo totalmente ou em partes” ou ainda, “discordo totalmente ou em partes”. Transformar as respostas em números permite a formulação de índices de concordância. O discordar totalmente vale 0, o em partes vale 1, o concordar em partes vale 2 e o concordar totalmente vale 3. Trata-se de algo arbitrário, feito para os fins dessa análise, e o resultado dessa média dividido por três nos oferecerá o percentual de concordância com aquela afirmação. As sentenças são as seguintes:

- No Brasil, todos os políticos são corruptos
- Movimentos de rua são gestos legítimos da democracia
- A Educação Política deve estar presente nos conteúdos da escola
- O voto tem poder de transformação na sociedade

- O voto obrigatório desafia a democracia
- Depredar empresas é gesto legítimo de manifestação
- A imprensa cumpre bem seu papel de informar o cidadão
- A escola pública está preocupada com a formação do cidadão
- A corrupção é o maior problema de nosso país
- Depredar praças públicas é gesto legítimo de manifestação
- No Brasil, a política está muito distante dos jovens

Os resultados estão apresentados na Tabela 1, com um resumo de cada sentença na coluna que a identifica. Existe um resultado praticamente idêntico, aquele que mostra posição central na ideia de que “a política está distante do jovem”. Em 2020, os jovens, até aqui mais próximos da política em todos os indicadores, concordam menos com a ideia de “manifestações de rua como gesto legítimo” (71% x 75%), mas resistem menos ao caráter compulsório do voto, valorizam mais a presença de conteúdos de política nas escolas e legitimam mais o caráter transformador do voto. Tudo de forma discreta, e nenhum resultado se mostrando tão distante.

Tabela 1 - Grau de concordância dos jovens com um conjunto de sentenças apresentadas

Sentença	2019	2020
Políticos corruptos	51,4%	40,2%
Movimentos de rua	75,0%	70,7%
Educação Política	86,4%	92,4%
Voto transforma	85,6%	90,8%
Voto obrigatório	57,8%	42,4%
Depredar empresas	10,2%	12,6%
Depredar praças	8,1%	7,6%
Imprensa informa	35,5%	43,6%
Escola pública forma	43,0%	38,7%
Corrupção maior problema	74,1%	65,8%
Política distante jovem	54,6%	54,4%

Fonte: Elaboração própria, com base em informações da Fundação Konrad Adenauer.

Se tais distâncias não são tão significativas, é possível indicar que a despeito de um maior ou menor interesse do jovem pela política, pode-se notar que o público ouvido rechaça a ideia de depredação do bem público e

privado como forma legítima de manifestação, bem como apresentam críticas relativas ao papel da imprensa e à capacidade de as escolas públicas formarem cidadãos. Por fim, as duas sentenças sobre corrupção. O jovem de 2020, em tese mais próximo da política, generaliza

menos a ideia de que todos os políticos são corruptos e adere menos à ideia de que a corrupção é o maior problema do país.

Em linhas gerais, as questões trazidas aqui indicam que diferenças são sutis nesse último bloco, mas ainda assim existem e ten-

dem a demonstrar que a turma da adesão voluntária às ações de formação política de 2020 estava mais próxima de valores democráticos e das instituições formais da democracia – sem que isso signifique que os estudantes de 2019 estivessem tão distantes assim de algo minimamente considerado positivo.

CONCLUSÃO

Com base no referencial teórico e nos dados apresentados ao longo da argumentação desta pesquisa, torna-se possível observar o interesse pela Educação Política na percepção dos jovens pesquisados. Ela se torna maior, no entanto, entre aqueles que procuraram espontaneamente um curso de Iniciação Política livre. Aqui o primeiro ponto que nos chama a atenção: as percepções são relativamente próximas, apesar de os jovens do grupo de 2019 se mostrarem um pouco mais distantes e menos crentes em instrumentos formais de representação democrática que o grupo de 2020.

Diante dessa constatação, temos a ideia de que a Educação Política, enquanto conteúdo das políticas de educação do país, precisa ser tratada de dois modos, inspirados pelo título deste artigo. Por um lado, e com base no que coletamos junto aos jovens que foram encontrados nas escolas pelas atividades de Iniciação Política de 2019, há

reconhecimento de que tais conteúdos são importantes, de que as escolas públicas não cumprem tão bem esse compromisso e notamos que dada uma certa heterogeneidade nas respostas tais estudantes devem ser impactados por ações que fortaleçam, por exemplo, a democracia como um valor fundamental. Por outro lado, verificamos que existem jovens de 15 a 18 anos que diante de um anúncio nas redes sociais ou impactados pelo mailing de uma escola do parlamento aderem voluntariamente a cursos de Iniciação Política oferecidos virtualmente. Esses cidadãos, em especial, obviamente se mostram mais interessados pelo tema, mas também se apresentam como sujeitos que creem mais nos partidos, no poder do voto e em outros aspectos dessa natureza. Se o jovem procurado em 2019 precisa ser formado basilamente, é desafiador pensar também que o jovem de 2020 que encontrou o curso pode ser ainda mais bem preparado para o exercício da política. O fato de gostarem e desejarem uma lógica mais aguda de participação mostra que esse é o público-alvo de ações partidárias, democráticas e democráticas fundamentais.

Dito isso, a hipótese central de nosso artigo se mostra consolidada. É, sim, possível “verificar que os participantes de 15 a 18 anos de 2020 demonstram mais interesse por política, mais adesão a valores democráticos essenciais testados nos questionários e apego mais elevado aos partidos, à obtenção

de título eleitoral e outras instituições da democracia representativa mais formal que aqueles que assistiram aos cursos em 2019”. Isso, como já escrito na Introdução, pelo simples fato de no ano mais recente a adesão às ações de educação ser espontânea e em 2019 a atividade estar nas escolas e projetos sociais sem que o estudante, muitas vezes, escolhesse cursá-la. Se por um lado isso pode trafegar no campo das obviedades, não devemos desprezar a ideia de que dimensionar algo esperado é uma contribuição importante, sobretudo porque não podemos desprezar que existe afeição dos jovens de 2019 a muitos valores, restando saber o que aqui seria apego real de ambos os grupos e o que trafegaria no campo da retórica.

Como agenda de pesquisa e pensando em desafios futuros, seria bastante desafiador tentar medir, de alguma forma, talvez mais qualitativa, o que seria discurso retórico e o que efetivamente esses jovens trazem como valor democrático nas escolas. Ademais, seria bastante interessante acompanhar a trajetória desses estudantes de 2020 que se aproximaram do curso e demonstram tanto interesse pela lógica representativa mais formal. Quem são eles?

Referências Bibliográficas

- BAQUERO, Rute; BAQUERO, Marcelo. Educando para a Democracia: Valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, nº 11, p. 139-153, 2007.
- BARROS, Antônio T. Educação e Legislação: Desafios Para o Aprendizado Político e a Cultura Democrática. *Educação e Sociedade*, v. 37, nº. 136, p.861-872, jul-set., 2016
- BENEVIDES, Maria V. M. Educação Para a Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996
- DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016.
- DANTAS, H. Escolas Municipais e Escolas Estaduais – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo? *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, n. 11, 2018.
- DANTAS, H.; CARUSO, V. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. *Revista E-Legis*, Brasília, volume 4, número 2, 2011.
- DANTAS, H.; ESTRAMANHO, R. Como a juventude se relaciona com a Democracia. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVI, vol 1, 2015.
- DANTAS, H.; LAMARI, R. A relação de jovens do Ensino Médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. *Revista do Legislativo Paranaense*, Curitiba, n.2, 2019.
- DANTAS, H., NASCIMENTO, A.; SILVA, B. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 8, n. 29, 2016.
- DANTAS, H., SILVA, F., GARCIA, M.; VIRGOLINO, R. Educação Política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de Ensino Médio sobre a política. *Revista E-Legis*, Brasília, volume 12, número 30, 2019.
- DANTAS, H., SOARES, A., SOARES, M. I.; LAMARI, R. Educação política em parceria: quando princípios se tornam ações. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XI, v. 3, 2010.
- FLANAGAN, Constance A; SHERROD, Lonnie R. Youth Political Development: An Introduction. *Journal of Social Issues*, Vol. 54, No. 3, pp. 447-456, 1998.
- FUKS, M. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Pública*, Campinas, vol.18, nº 1, 2012.
- MARTINS, Lúcio M; BARROS, Antônio T. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 66, p. 49-78, jun. 2018.
- PEDREIRA, B. Sonhos da juventude brasileira: a política além do voto. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano XVI, número 1, 2015.
- PRINT, Murray. Citizenship Education and Youth Participation in Democracy. *British Journal of Educational Studies*, Vol. 55, No. 3, pp 325–345, 2007.
- YOLDAS, Ozlem B. Civic education and learning democracy: their importance for political participation of young people. *Procedia: Social and Behavioral Sciences*, v. 174, p. 544-549, 2015.
- ZORZI, F. Educação e desigualdade: socialização política comparada em escolas públicas e privadas. In: Baquero, M. (org.) *A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018.